

# B O L E T I M D A R E D E

UMA PUBLICAÇÃO  
DO SIND-REDE/BH

ABRIL DE 2019  
ED. 154



## 10 MOTIVOS PARA FAZER GREVE

*Reforma da Previdência,  
defasagem salarial e  
condições de trabalho  
precárias são apenas  
alguns deles.*

**P. 4**



## REFORMA DA PREVIDÊNCIA OU AUDITORIA DA DÍVIDA?

*Entenda quem é o  
verdadeiro culpado  
pela Crise Econômica.*

**P. 5**



## CATEGORIA

*Confira as notícias  
sobre Terceirizados,  
Educação Infantil, EJA,  
AAEs e Aposentados*

**P. 6 e 7**

**FIQUE POR DENTRO DAS  
NOTÍCIAS DA CATEGORIA  
NO SEU WHATSAPP.**

Adicione o contato **(31) 98799-3041** e envie uma  
mensagem com seu nome, turno, escola, regional e cargo.



Escaneie o  
QR code para  
salvar o contato  
de forma  
automatizada



**(31) 3226-3142**



**fb.com/sind.rede**



**www.redebh.com.br**

# DITADURA NUNCA MAIS!

*A história do povo brasileiro é muito pouco conhecida pela ampla maioria dos trabalhadores do país, incluindo o período da ditadura.*

**AO CONTRÁRIO** do que Bolsonaro e sua equipe dizem, a ditadura não enfrentou "só pequenos grupos de guerrilheiros". Os primeiros alvos do Golpe de 64 foram os trabalhadores que lutavam por direitos básicos. Sindicatos combativos, como o dos trabalhadores do Porto de Santos, sofreram intervenção direta do Estado, as suas lideranças foram presas e torturadas. Isso, porque em 1964 as organizações operárias, que vinham se consolidando desde 1945, estavam no

auge das suas atividades, influenciando plataformas políticas amplas e não apenas sobre reivindicações econômicas.

Lutar por salário ou melhores condições de trabalho eram considerados atos subversivos e, portanto,

eram proibidos. Amordaçar o movimento sindical foi condição fundamental para a implementação de uma política econômica assentada no arrocho salarial e na redução dos direitos sociais.

Mesmo as mais heróicas tentativas de resistência, como as greves dos operários de 1968, na Belgo-Mineira em Contagem e nas fábricas de Osasco (SP), foram esmagadas com grande brutalidade pela repressão. No campo, a perseguição por quem lutava por reforma agrária foi ainda mais violenta, e resultou na caça e assassinato dos líderes das Liga Camponesas por soldados e sub-oficiais das Forças Armadas.

E a persguição não aconteceu apenas na sociedade civil. De acordo com a Comissão da Verdade mais de 6.591 mil oficiais e sub-oficiais das Forças Armadas foram presos, torturados ou expulsos por participar de rebeliões dentro da própria instituição, ou simplesmente por serem considerados democratas e terem abertamente se oposto ao regime militar.

Na Argentina, Uruguai e Chile, os generais e torturadores foram julgados e presos pelos seus crimes. Já no Brasil, a Lei da Anistia de 1979, perdoou todo e qualquer cidadão que pudesse ser considerado criminoso no período militar, incluindo oficiais e torturadores.

Nenhum Governo após a redemocratização atuou para abrir os arquivos da ditadura. Hoje pagamos o preço disso. Os crimes não vieram a público da sua forma mais crua, e isso reforça os atos do presidente da República, que faz elogios

abertos à torturadores, como o general Brilhante Ustra (que coordenou o DOI-CODI em seu período mais sombrio), e que se sente confortável em apresentar o "regime militar" como uma alternativa para o país.

A disputa da narrativa do Golpe é uma prioridade para o Governo Bolsonaro, que pretende apaga-lo até dos livros didáticos. Essa investida ideológica visa criminalizar cada vez mais qualquer movimento social que luta por direitos. Isso facilitaria a implementação de sua agenda liberal, mas vai além disso, pois alimenta ilusões na resoluções dos problemas por vias autoritárias.

Só há um jeito de vencer a ameaça da retirada de direitos e da perda das "liberdades democráticas": fortalecendo a organização da classe trabalhadora e lutando. Qualquer outra forma é ilusão!

*A Lei da Anistia perdoou todo e qualquer cidadão que pudesse ser considerado criminoso no período militar, incluindo torturadores*



## EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte  
Av. Amazonas, 491 – Centro Belo Horizonte – MG, 30180-000 | +55 (31) 3226-3142 | www.redebh.com.br

### • DIRETORIA COLEGIADA

#### Departamento Administrativo Financeiro

Daniel Wardil, Clayton Santos, Cláudia Lopes, Luci de Fátima

#### Departamento de Comunicação e Imprensa

Vanessa Portugal, Thiago Ribeiro, Conceição Figueiredo, Paulo Henrique Fonseca

#### Departamento Jurídico

Andrea Carla, Helbert Marconi, Rosan Marcos, Sandra Coelho.

#### Departamento de Formação Pedagógica e Sindical

Diego Miranda, Flávia Silvestre, Evangely Rodrigues, Suelane de Carvalho

#### Departamento Saúde do Trabalhador

Alan da Silva, Letícia Nepomuceno, Gislane Oliveira

#### Departamento Previdência e Aposentados

Shirley Goes, Celeste Regiane

#### Departamento Cultural

Jacinta Gomes, Diana de Cássia, Luanna Grammont

#### Departamento Organização e Infraestrutura

Tatiane Ferreira, Maria das Dores Silva

#### Departamento Políticas Sociais

Fábio Liberato, Maria Lucia Ferreira, Raquel Batista Maciel, Luciane Batista

### • IMPRENSA

#### Jornalista Responsável:

Diego Franco David (Mtb 20555/MG)

#### Redação e Revisão:

Diego Franco David  
Jadilson Rodrigues

#### Projeto Gráfico e Diagramação:

Diego Franco David

Impressão: Sempre Editora

Tiragem: 6.000

# PARA ONDE VAI A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

*O histórico da Educação Pública no Brasil sempre foi de muitos ataques e muita luta.*

**SEMPRE LUTAMOS** contra a ideia de uma educação disciplinadora e assistencialista para a ampla maioria dos filhos da classe trabalhadora. Com muita luta e resistência, conseguimos alguns avanços, tanto na universalização do ensino, quanto na busca por um modelo de educação emancipatório e libertador.

No entanto, não há como negar que a Educação Pública no Brasil, em especial o Ensino Fundamental e Médio, sempre esteve relegada à segundo plano.

O maior reflexo do descaso com a Educação Pública é o seu financiamento. Nunca nos aproximamos da meta dos 10% do PIB, previstos no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Mesmo a vinculação de 25% da receita dos Estados e Municípios com e 18% da União (previstos na Constituição), sempre foram escamoteados. Na prática, a União raramente investiu mais que 4% de suas receitas em Educação. O município de Belo Horizonte sempre manteve os gastos com Educação na média dos 14% da arrecadação.

## LADEIRA ABAIXO

Caso a política expressa pelo Governo Bolsonaro seja implementada, o que já é grave poderá se tornar insustentável.

Após a Emenda Constitucional 95 (Teto

dos Gastos) e a terceirização irrestrita aprovadas ainda no governo Temer, Bolsonaro agora está propagandeando o fim da vinculação das receitas com a Educação. Isto representará que os atuais investimentos de 4% do Governo Federal podem virar 0% e os 14% de BH, serem reduzidos para 4%.

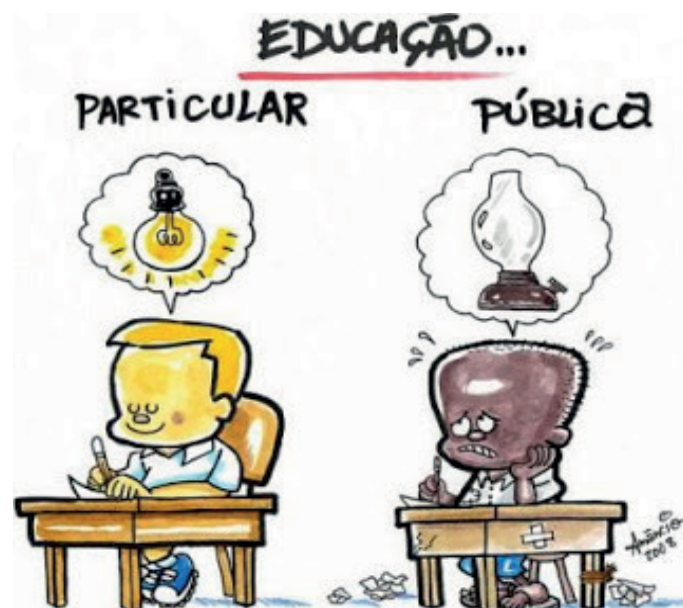
Além disso, há uma forte tendência para que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que termina em 2020, não seja renovado. Embora o Fundeb amplie pouco os recursos da Educação na totalidade do país, ele tem muita importância para a maioria dos municípios. O fim do fundo, sem uma política de ampliação de investimentos, vai representar, o fechamento de muitas escolas em diversos municípios.

Em pouco mais de 100 dias, o atual Governo já cortou 5 bilhões da Educação e o que vem por aí pode ser muito pior.

A queda do ministro Ricardo Vélez e a substituição por alguém aparentemente mais sério não é algo a ser comemorado. A seriedade do atual ministro, Abraham Wentraub, tem o objetivo criminoso de aumentar ainda mais o caráter doutrinador e disciplinador das escolas. Mas, o seu principal objetivo

como representante do auto-intitulado “conservadorismo liberal” é realizar o maior o corte de recursos já visto nos últimos 100 anos no país. Para isso, tentam nos calar com projetos como a “Escola sem Partido”.

A história da Educação Pública sempre foi marcada por ataques e lutas. Mas, foi essa contradição que sempre permitiu que abrissemos grandes fendas nos muros do autoritarismo e fizéssemos da Escola Pública um espaço de disputa por uma educação libertadora. Agora não será diferente, permaneceremos em luta e derrubaremos novas barreiras.



## O NADA NOVO GOVERNO DE ROMEU ZEMA

*Empresário de ascensão duvidosa que se elegeu na onda do imenso descontentamento com a política, se apresenta como NOVO, mas defende o que há de mais velho no capitalismo.*

**O LIBERALISMO EXTREMO**, defendido por Zema e pelo “partido Novo”, reivindica que o Estado sirva apenas para garantir a estrutura para o crescimento das grandes empresas. As consequências disso são velhas conhecidas dos trabalhadores: retirada de direitos e a privatização de empresas públicas e serviços essenciais.

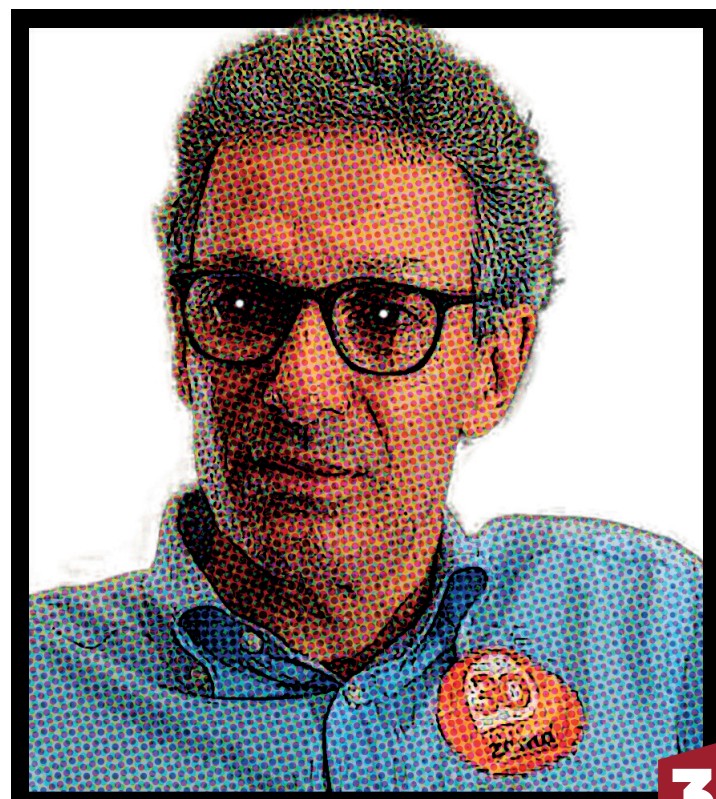
Dos primeiros dias de seu governo até hoje o Zema fez muito discurso mas não realizou nenhuma política! Vem enfrentando uma forte oposição dos prefeitos (que continuam sem receber os repasses de verbas do Estado) e, até mesmo, dos deputados da Assembleia Legislativa, que já ameaçaram iniciar um processo para o impeachment do governador.

Sua política para a Educação se restringiu a divisão do décimo terceiro

dos trabalhadores em várias parcelas e nada mais!

O prefeito de BH, Alexandre Kalil (PHS), falou na TV que o município não está sendo afetado pela ausência de repasses do Governo do Estado. Mas, para os professores, diz que não tem dinheiro para a Educação porque não está recebendo esse repasse.

Esse jogo político nada mais é do que a velha política, que protege os ricos e coloca a crise econômica sobre as costas dos trabalhadores. Por isso, exigimos que Zema realize os repasses ao município de Belo Horizonte. Mas, também que Kalil reivindique, junto as outras prefeituras, esse dinheiro que, teoricamente, seria a parte necessária para que os nossos salários sejam reajustados pelo mínimo, que é o que reivindicamos.



# DEZ MOTIVOS PELOS QUAIS DEVEMOS FAZER GREVE

**KALIL  
MENTE:**

O prefeito afirmou para a imprensa que as contas estão em dia. Mas, está acumulando dívidas com a Educação, quando não paga direitos como Férias Prêmio, Progressão na Carreira e o Retroativo dos Aposentados.

**01** *A luta contra a REFORMA DA PREVIDÊNCIA;*

*De 2010 à 2019, o reajuste do Piso da Educação de Belo Horizonte acumulou uma defasagem de 113% em relação aos reajustes do Piso Nacional da Educação*

**02**

**03** *O Piso salarial da educação em BH é menor que 1,5 salário mínimo*

*A Prefeitura já anunciou que, mais uma vez, o reajuste dos concursados será abaixo da inflação;*

**04**

**05** *A proposta de reajuste dos terceirizados é de 2,36%. Bem menor que a inflação do período*

*No período de 2006 à 2017, a receita da Prefeitura cresceu 166%;*

**06**

**07** *Os direitos já conquistados como progressão na carreira, férias prêmio, atrasado dos aposentados sem paridade estão congelados;*

*As condições de trabalho nas Escolas do FUNDAMENTAL e EMELs, para CONCURSADOS e TERCEIRIZADOS ESTÃO DEGRADANTES;*

**08**

**09** *Prefeitura e MGS descumprem acordo e estão forçando o aumento de jornada de trabalho;*

*As "7 Horas de Planejamento para os Docentes", apesar de ser promessa de campanha do Prefeito, ainda não foi implementada.*

**10**

Não há dúvida que temos que unificar a campanha contra a reforma da Previdência com a Campanha Salarial/Educacional. Mas, não podemos abandonar uma em detrimento da outra.

Zema deve ao município. É nossa tarefa cobrar essa dívida. No entanto, a receita própria da Prefeitura cresceu em 2018 o suficiente para equilibrar os não repasses do Estado, desde que a Educação seja prioridade para Kalil.

## NOSSAS REIVINDICAÇÕES

- A aprovação, ainda em 2019, de uma política que garanta o fim da defasagem entre os reajustes da Educação Municipal e dos reajustes do Piso Salarial Nacional;
- A implantação de 1/3 da Jornada de Trabalho para Planejamento;
- O respeito as funções originais dos AAEs e da escolha da jornada de trabalho;
- A garantia da regência compartilhada na Educação Infantil;
- Respeito aos nossos direitos;
- Pagamento dos retroativos dos aposentados e dobra incorporada;
- Valorização dos Trabalhadores Terceirizados;
- Respeito ao acordo firmado entre o Sindicato e a Prefeitura;
- Concurso público para todas as funções da educação;
- FIM do ASSÉDIO MORAL!
- NENHUM TOSTÃO A MENOS PARA A EDUCAÇÃO!

# REFORMA DA PREVIDÊNCIA OU AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA ?

O GOVERNO DE BOLSONARO tem anunciado que, caso a reforma da Previdência não seja aprovada na íntegra, os cortes de recursos para Saúde e Educação serão ainda maiores. Ele ameaça, inclusive, acabar com a *vinculação de receita para a Educação\**.

Estas ameaças não se justificam. É pilantragem dizer às trabalhadoras e trabalhadores brasileiros que eles tem que escolher entre ter Saúde e Educação ou o direito de se aposentar. As escolhas a serem feitas pelo Governo deveriam ser outras.

O gráfico à direita, organizado pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública a partir de dados oficiais do próprio Governo, mostra como o Estado Brasileiro gasta os recursos que recebe de nossos impostos e taxas.

Como é possível perceber pelo gráfico, quase metade da receita acumulada pelo país em 2018 foi gasta com o pagamento de **juros e amortizações da Dívida Pública**. Essa é uma realidade que vem se repetindo há anos e, ainda assim, a dívida não diminuiu, pelo contrário, ela continua a aumentar exponencialmente. Nos últimos 15 anos, pagamos trilhões aos banqueiros, através dos juros e amortização da dívida. Mas, ao mesmo tempo, a dívida subiu (em valores atualizados pela inflação) de **R\$ 2,1 trilhões para R\$ 3,55 trilhões**. E o pior, a previsão para 2019 pode chegar à **R\$4,3 trilhões**.

Na Constituição de 1988, está prevista a realização de uma Auditoria da Dívida Pública, para demonstrar a ligação de dívidas atuais com as dívidas antigas, a transferência de dívidas privadas para a dívida pública, além de rever indícios de ilegalidades presentes nessas transações. No entanto, ela nunca foi feita.

## DINHEIRO DESVIADO DA SEGURIDADE

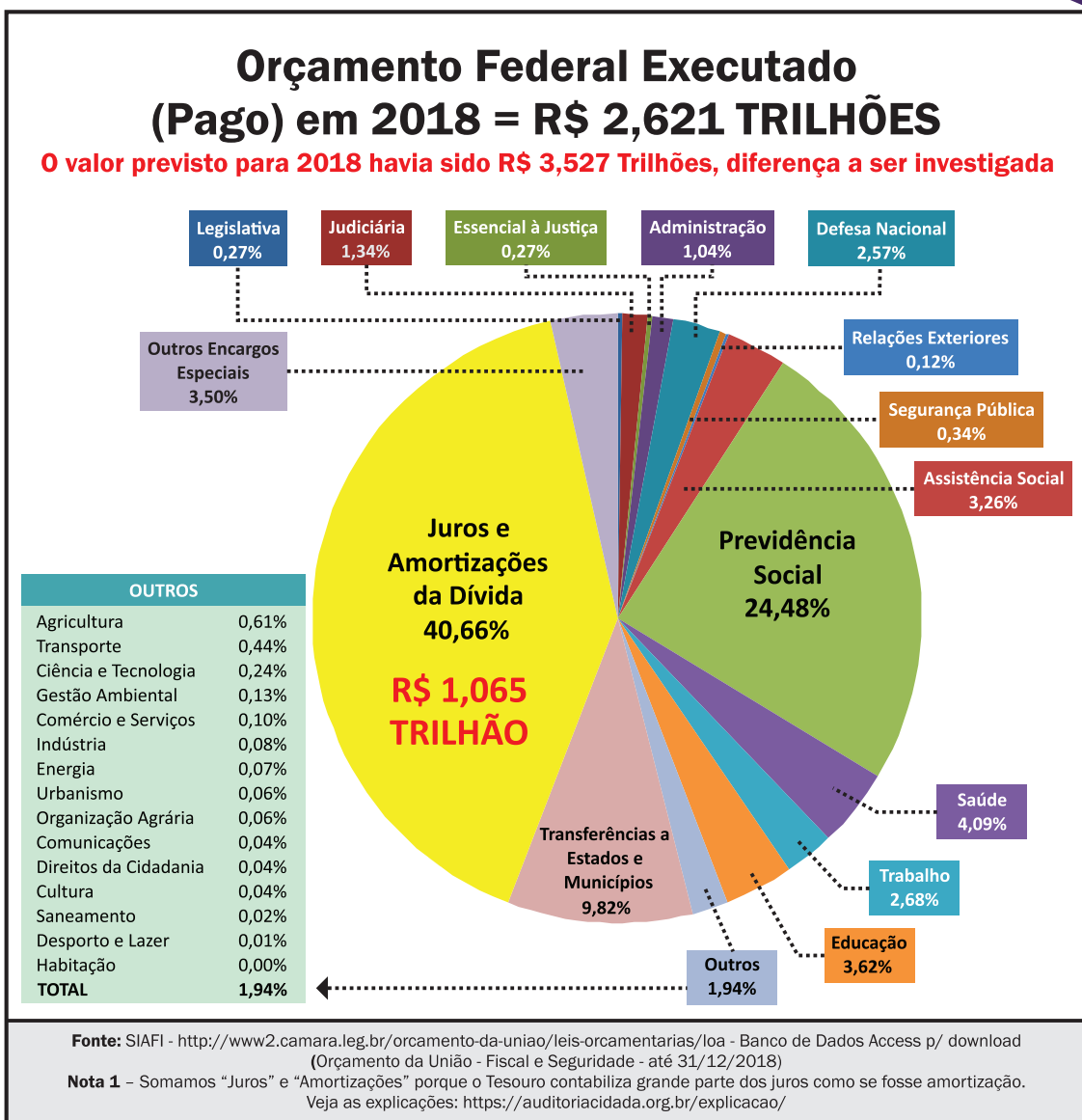
Além do R\$ 1,065 trilhão entregue aos banqueiros pelo esquema criminoso da dívida pública. Existem desvios no próprio sistema da Seguridade Social (Tripé: Saúde, Previdência e Assistência) e a própria Previdência.

Bancos e grandes empresas como Bradesco, Caixa Econômica Federal, Marfrig, JBS, Vale, Banco do Brasil, juntamente com outras grandes empresas, devem mais de R\$ 450 bilhões à Seguridade Social.

E de acordo com o relatório *Aspectos Fiscais da Seguridade Social no Brasil*, o INSS deixou de arrecadar R\$ 57,7 bilhões, só em 2016, com as isenções e as desonerações na contribuição patronal para a Previdência.

Além disso, só em 2017, o Governo Federal desviou R\$113 bilhões da Seguridade Social, pra outras áreas através da **DRU\*\***.

Então não há dúvidas, as primeiras medidas para equilibrar as contas devem ser: Cobrar os devedores da Previdência, realizar a auditoria da Dívida Pública e suspender os pagamentos até que se chegue a uma conclusão, fazer os repasses corretos para a Seguridade Social, interrompendo as isenções e desonerações e acabar com a DRU.



\* **Vinculação de receita para a Educação:** De acordo com a Constituição Federal, os Estados, Municípios e o Distrito Federal devem, obrigatoriamente, investir 25% de impostos e transferências na Educação e a Federação 18%. Isto é a vinculação de recursos

\*\* **DRU** - Desvinculação da Receita da União - Legislação que permite ao Governo tirar 30% da receita da Seguridade Social para outros fins.

## Quem são os privilegiados?

O Governo investe 24,48% de sua receita na Previdência Social, um sistema que atende direta e indiretamente 150 milhões de pessoas. Desse montante, 70% dos aposentados do INSS ganham apenas um salário mínimo. Os outros 30% ganham em média R\$ 2.331,00. De acordo com o texto de justificativa da reforma enviado ao Congresso e assinado por Paulo Guedes, esses 30% são privilegiados e responsáveis pelo "rombo" das contas públicas.

Enquanto isso, segundo estudo da Oxfam, 6 brasileiros concentram a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres do país, cerca de metade da população. **Quem são os privilegiados que a reforma deveria atacar?**



## TERCEIRIZADOS: MANTER A MOBILIZAÇÃO PARA AVANÇAR NAS CONQUISTAS

**COM A MIGRAÇÃO** dos trabalhadores do Caixa Escolar para a MGS vários problemas foram surgindo, dentre eles estão: o assédio por parte dos supervisores, descontos indevidos nos proventos, transferências, redução do quadro de funcionários e a retirada de vários porteiros das EMEIs.

A situação dos trabalhadores dos Caixas Escolares também é bastante incerta. O Sind-REDE/BH tem tentado buscar respostas da MGS e da SMED, porém, tem encontrado resistência por parte de ambas instituições em dar os devidos esclarecimentos.

No último dia 3 de abril, a MGS cancelou uma reunião marcada há dias, faltando menos de 1 hora para que ela ocorresse, demonstrando o seu total descaso com os seus funcionários. Já na reunião com a Prefeitura, repetiram o velho discurso de que as negociações devem ser realizadas com a MGS e Caixas Escolares.

Diante desse cenário, os representantes definiram pela paralisação parcial das atividades (turno da tarde), no dia 24/04, com o objetivo de pressionar a MGS a dar retorno aos várias problemas que os trabalhadores estão passando.

Várias conquistas foram obtidas através da luta e união de todos os trabalhadores. Atos e manifestações, como o que ocorreu na



SMED, além de garantir a segurança de nossos empregos, também conquistaram benefícios, como o aumento do ticket.

Por esse motivo, salientamos a importância da união de toda a categoria para novamente pressionar a MGS e a Prefeitura. só assim será possível obter um aumento digno de salário e melhores condições de trabalho.

## A EDUCAÇÃO INFANTIL É ALVO DE SUCATEAMENTO MAIS UMA VEZ

O **DIA 23 de ABRIL** marcou um ano do ataque à Educação Infantil na porta da PBH. Comemoramos nossa resistência mostrando força e coragem para lutar e resistir aos novos ataques.

A professora Ângela Dalben e o prefeito Alexandre Kalil (PHS) ficaram marcados por autorizarem a Polícia Militar a bombardear as professoras e fecharem turmas de Educação Infantil na cidade.

Além do fechamento de turmas, a PBH impõe, para as professoras e crianças, salas super lotadas e com múltiplas idades. Famílias e professoras foram completamente excluídas do debate! O **Sind-REDE** tem tomado medidas, como o envio de denúncias ao Ministério Público da Educação e a realização de reuniões de negociação com o Governo. Mas, até o fechamento desta edição, ainda não obteve posição favorável.

### O QUE REIVINDICAMOS

Exigimos a suspensão do fechamento de turmas nas EMEIs, a publicização dos cadastros, a abertura da livre demanda e, nas escolas que não houver demanda para o parcial, a reabertura de turmas integrais. Exigimos diálogo! Queremos a participação da comunidade escolar professoras, pais e mães na organização das EMEIS.

isso, é fundamental garantir a regência compartilhada o acompanhamento de crianças com deficiência e o cumprimento do acordo de greve, com os 3 níveis da carreira.

As ações realizadas até agora, em especial a paralisação do dia 16 de abril, foram de fundamental importância, mas ainda insuficientes. É preciso continuar realizando a campanha nas Escolas, incorporan-

do a comunidade, completar os relatórios sobre o fechamento de turmas e das turmas flexíveis, tirar fotos das salas fechadas. Além disso, estamos articulando uma audiência na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Não daremos sossego a secretária enquanto existirem salas fechadas nas EMEIs.

Exigimos respeito, diálogo e decisões acertadas em cada comunidade.



# PREFEITURA E SMED NÃO NEGOCIAM COM OS AAEs!

**FOI COM MUITA INDIGNAÇÃO** que o Sind-REDE recebeu a negativa da Prefeitura sobre a proposta da criação de uma comissão para resolver as demandas do cargo de Assistente Administrativo Educacional (AAEs).

Este importante segmento da categoria tem sido atacado em seus direitos desde promulgação da Lei 11.132/18. A avaliação geral é que o cargo, criado sem a devida negociação com a Categoria e o Sindicato, serviu apenas para aumentar as atribuições dos antigos auxiliares de secretaria e biblioteca.

As portarias, subsequentes a promulgação da Lei, só serviram para criar excedência, gerar

insegurança e tumultuar o trabalho pedagógico nas bibliotecas e setores administrativos das Escolas.

Os AAEs apresentaram, ao Sindicato, dossiês em que, além de muitas informações desconstruídas, relatam diversas práticas autoritárias por parte da SMED, como atribuições impostas sem que houvesse a devida formação dos servidores e processos de transferência e excedência que desconsideram a lista de acesso.

A SMED não tem levado em consideração os apelos dos AAEs, das direções escolares nem as solicitações do Sind-REDE, por uma revisão

das mudanças causadas pela criação do cargo.

A categoria se mobilizou através de reuniões e atos públicos para exigir uma negociação efetiva com a SMED, mas a Secretaria tem apresentado uma postura intransigente de atropelamento das legislações referentes as carreiras e a lista de acesso, além de descumprir os pontos acordados com a Comissão dos AAEs, criada no ano de 2018.

É urgente retomar a organização desse setor, para garantirmos o debate dos problemas específicos, mas também para incorporar à Campanha Salarial e a luta contra a Reforma da Previdência!

## APOSENTADOS DEFINEM CALENDÁRIO DE REUNIÕES E LUTA EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA

A luta dos aposentados da Rede Municipal de Educação contribuiu para garantir na Lei 11.090/2017, o reajuste dos aposentados sem paridade correspondente a 6,23% / janeiro de 2015; 11,28% / janeiro de 2016; 6,58% / janeiro de 2017, considerando que até o presente momento não houve total acerto dos retroativos.

Com luta, os aposentados também alcançaram a regulamentação do pagamento dos reajustes das dobras incorporadas na aposentadoria. Essas conquistas, ainda que dependente de calendários de pagamento, só foram possíveis devido a constante mobilização das professoras/servidores aposentados e de suas Entidades Sindicais representativas, em constante movimento junto à Prefeitura e à Câmara Municipal de Belo Horizonte.

No atual momento brasileiro, em que o governo de cunho autoritário de Jair Bolsonaro (PSL) apresenta uma reforma Previdenciária que põe em risco, não só, a dignidade da pessoa aposentada, como sua própria sobrevivência, é preciso que os aposentados estejam atentos e unidos aos demais trabalhadores para resistir à esses ataques.

Na última Reunião dos Aposentados da Rede Municipal de Educação de BH, ocorrida no dia 10/04, na sede do Sind-REDE, foi deliberado um calendário mensal de reuniões que acontecerão nos dias 15 de Maio, 12 de junho e 3 de Julho. O calendário do 2º semestre de 2019 será discutido na reunião de julho.

Na reunião, foi debatida a necessidade da unidade com os trabalhadores da ativa na luta pela

Recomposição das perdas salariais com base no índices de correções aplicados ao Piso Salarial Nacional. E também abarcou pontos específicos do setor, como a extensão do Vale-Cultura à todos os aposentados da Educação e a exigência para que a PBH, junto aos trabalhadores da educação (ativos e aposentados), possam construir uma Política de Saúde e Cultura para os Aposentados da Rede.

Os aposentados também reivindicaram, junto ao Sind-REDE, um Seminário de formação sobre a Reforma da Previdência e seus impactos sobre os trabalhadores já aposentados, com ampla divulgação para o setor. O grupo também planeja realizar um Passeio Histórico com o segmento, que deve ser discutido e elaborado no próximo mês.

## TRABALHADORES SE MOBILIZAM CONTRA O FIM DO EJA

**A HISTÓRIA DA EJA** na Rede foi construída a partir de um amplo processo de mobilização, estudos e experiências distintas.

Na história recente, seu auge foi em 2003, com a aprovação da Resolução 01/2003, no Conselho Municipal de Educação. De lá pra cá, às investidas governamentais para fechar esta modalidade de ensino foram várias: programas de aceleração, unicodência, não lotação de professores, inexistência do quantitativo de 1.6 professores por turma, fechamento de turmas no meio do ano, tentativas de impedir novas matrículas.

Neste momento, dois elementos foram eleitos como prioritários pelo grupo de representantes que se reúnem no Sind-REDE. A lotação de professores e a possibilidade de abertura de novas turmas. A formação da EJA se dá no trabalho e de forma paralela a ele, mas tem

muitas especificidades. Sem a lotação de professores fica muito difícil construir identidade. Além disso, os cargos vagos devem ser preenchidos com lotação, pois quando isso não acontece, há um aumento da pressão por contratos temporários na Rede, o que não interessa a ninguém.

Esse ano, corre a notícia de que não seriam autorizadas aberturas de novas turmas de EJA nas Escolas em 2019. Está mudança de prática é uma afronta à realidade e às necessidades dos jovens e adultos, que ao longo do ano vão e voltam para a Escola. É inaceitável que existam pessoas querendo estudar e salas de aulas fechadas nas Escolas, principalmente por que as listas de espera já estavam sendo montadas quando a Prefeitura mudou as regras.

Do segundo semestre de 2018 até hoje, pelo menos 4 ofícios foram enviados a SMED sem

qualquer resposta. Na última reunião com a Prefeitura, foi solicitado que o Sind-REDE escrevesse um documento em que apresentasse uma proposta de funcionamento para a EJA, o que será discutido na próxima reunião do setor, daqui a dois meses.

Diante disso, o Sind-REDE convoca um encontro aberto dos trabalhadores da EJA, no dia 10 de maio, às 19h, em sua Sede (Av. Amazonas, 491, sala 1009). Solicitamos que os professores peguem cópia da lista de espera na Secretaria — ou organizem uma por conta própria —, e levem ao encontro.

Além disso, a última plenária de representantes também deliberou a organizar de uma Audiência Pública na Câmara Municipal, a noite, para garantirmos a presença dos estudantes da EJA.

## NÃO CAIA NESSE GOLPE: Falsários usam nome do Sind-REDE para tentar extorquir filiados

**FIQUE ATENTO,** temos recebido diversas denúncias sobre falsários que tentam se utilizar do prestígio do Sind-REDE para extorquir filiados.

Recebemos a denúncia de que uma empresa de São Paulo denominada "SindRede Parceria e Convênios" tem entrado em contato com Escolas e servidores oferecendo serviços em nome do Sindicato. O Sind-REDE esclarece que esta empresa não tem nenhum vínculo com a Entidade.

Também recebemos denúncias de servidores que receberam ligações solicitando o pagamento de valores em dinheiro como "adiantamentos" para a liberação de precatórios. Os golpistas alegam que são representantes do Sindicato ou advogados da Entidade. **Isso não procede!**

As medidas judiciais já estão sendo tomadas. O Sind-REDE esclarece que nunca solicitará qualquer tipo de antecipação em dinheiro para fornecimento de convênios ou qualquer tipo de serviço jurídico. **Se você recebeu uma dessas ligações, denuncie!** Em caso de dúvidas, orientamos que entrem em contato imediatamente através do telefone: (31) 3212-6940.



## Não à terceirização! Não ao PL 555/18

O PL 555/18, projeto que amplia e intensifica as Terceirizações em Belo Horizonte, foi aprovado em primeiro turno na CMBH. Por pressão da categoria, no ano passado, o Governo aceitou retirar a Educação do Projeto. Mas, para que isso se concretize, os vereadores devem votar nas emendas 1 e 2 do PL. Apesar do acordo, é preciso continuar mobilizado e não baixar a guarda. Por isso, o Sind-REDE convocará a categoria nos dias de votação do PL555 para pressionar os vereadores a cumprir o acordo, mantendo a Educação fora do projeto. Fique atento às convocações para ida à Câmara Municipal.

## KALIL REALIZA CORTE DE 20% NAS RECEITAS DA EDUCAÇÃO E PREJUDICA QUALIDADE DO ENSINO

**EM ENTREVISTA** para a rádio Itatiaia, no dia 22 de janeiro, o prefeito Alexandre Kalil (PHS) afirmou que o governador Romeu Zema (Novo) "não precisa se preocupar com a dívida de BH pois as finanças da cidade estava numa situação 'cômoda'". No dia 28 de março, também em entrevista à mesmo rádio, o prefeito afirma que não houve queda de arrecadação do município.

Mas, de maneira contraditória às declarações feitas, Kalil publicou o Decreto 17053/2019 que reduziu o orçamento da Secretaria Municipal de Educação de 730 milhões de reais para 565 milhões, uma redução de aproximadamente 20%.

A Câmara de Vereadores já pediu esclarecimentos ao executivo (Requerimento 258/2018) para entender os motivos dessa redução e qual destino da verba. Afinal, estava sobrando dinheiro na Educação?

Os trabalhadores em Educação sabem muito bem que não. Nas últimas semanas a Secretária de Educação (SMED) vem fechando turmas nas EMEIs, impedindo que as escolas façam lista de espera da demanda da comunidade, fechando turmas parciais, berçários. Na mesma linha, as escolas estão proibidas de abrir novas turmas de EJA,

mesmo que tenha demanda na comunidade. Tudo na justificativa da falta de verba e da crise financeira do município. Para os trabalhadores terceirizados (MGS e Caixa Escolar) a PBH autorizou um reajuste de somente 2,36%, o que não cobre nem a inflação. Além disso, vem reduzindo o número de trabalhadores nas escolas, sobrecarregando os que ficam e prejudicando o atendimento às crianças com necessidades especiais ao não liberar número suficientes de apoio ao educando. As direções de escolas sofrem com a falta de recurso financeiro e são obrigadas a economizarem até no papel que deveria ser usado na confecção de materiais didáticos. São orientadas a utilizarem a "sobra" de dinheiro do ano passado, pois não há previsão de quando o repasse completo de 2019 vai acontecer.

Enquanto Kalil vai a imprensa noticiar uma falsa realidade da cidade, a população sofre com o sucateamento da Educação.

Exigimos o fim da política de cortes na Educação. Pela reabertura das turmas de educação infantil e EJA. Regularização imediata do repasses financeiros às escolas. **Zema, pague sua dívida com BH. Kalil, respeite a educação de BH.**

## Informes da Reunião de Negociação com a PBH do dia 16/04, (Campanha Salarial)

A PBH manteve o mesmo posicionamento sobre todos os itens que envolvem gastos financeiros e sobre nosso reajuste. Ela ignora os reajustes do piso e alega que qualquer índice só será apontado em junho. Já adiantaram que esse reajuste deve ficar menor que a inflação.

A Prefeitura também afirmou que pontos como: os atrasados dos aposentados sem paridade, avaliações de desempenho, progressão por escolaridade, pagamento de férias prêmio e os 3 níveis da educação infantil, dependem do repasse de verbas do Governo Estadual e de um estudo da PBH que aponte um cronograma de pagamento. Sobre os diversos outros pontos de pauta, ou não apresentaram soluções, negaram ou não quiseram discutir, argumentando que não fazia parte do tema dessa reunião.

### ITENS COM NOVIDADES:

**Gozo de Férias Prêmio:** Liberaram a dobra para substituir o professor que tirar as férias. Porém, o salário do substituto não pode ser maior do que o valor que seria pago em férias prêmio ao servidor. Não pode fracionar o gozo das férias. O pedido, com indicação de substituto, tem que ser feito em setembro para o gozo das férias no ano seguinte. De todos os itens que prejudicam nosso direito, só indicaram rever o prazo para fazer o pedido do gozo das férias.

**Progressão por escolaridade:** As progressões paralisadas na SMED (sem publicação) protocoladas até 31/03 serão publicadas em 3 levas (até o fim de abril, maio e junho). O pagamento entra na folha do mês seguinte. Mas, os atrasados não tem previsão de pagamento.

**Nomeações e Concursos:** Concurso da Educação Infantil está autorizado e deve ocorrer esse ano. Nomeações P1 e P2 estão suspensas, aguardando estudo da real necessidade na Rede.

**EJA:** Solicitaram ao Sindicato a construção de uma regulamentação global para a EJA. Irão discutir em cima da nossa proposta. Tema será debatido na plenária da EJA.

**7 Horas:** A secretária se nega a publicar um ofício orientado as direções a organizarem as 6h, caso seja possível. Está autorizado, porém um ofício, nesse momento, iria desorganizar o quadro que já está quase fechado. Para o próximo ano o ofício será encaminhado. Liberação de mais professores para garantia da 6h em todas as escolas está fora de cogitação no momento.